

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 17/2017 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO DE LIMPEZA
URBANA DO DISTRITO FEDERAL -
SLU/DF E A COOPERATIVA DE
TRABALHO RECICLAGEM AMBIENTAL
- CONSTRUIR, OBJETO DO
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017-SLU, NOS
TERMOS ABAIXO:**

Processo Administrativo nº: 094.000.548/2017

O **SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL**, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 08, Bloco B-50, 6º andar, Ed. Venâncio 2000, CEP: 70.333-900, Brasília-DF, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 01.567.525/0001-76, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº M-417.159 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 232.529.956-20, residente e domiciliada nesta capital e por sua Diretora de Administração e Finanças **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.282.482 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 369.946.503-91, residente e domiciliada nesta capital e a **COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLAGEM AMBIENTAL - CONSTRUIR**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na SCIA, Quadra 09, conjunto 01, Lote 02 - Cidade do Automóvel - BRASÍLIA/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.211.445/0001-98, representada neste ato por **ZILDA FERNANDES DE SOUZA**, brasileira, portador da Cédula de Identidade nº 2.962.117 - SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 819.393.966-20, residente e domiciliado nesta capital, na forma de seus Estatutos e Regimentos Internos e demais legislações aplicáveis e condições a seguir, e com fundamento no art. 10, §1º, inciso I, da Lei nº 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007 c/c art. 7º, inciso XII, e art. 8º, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e em conformidade com o disposto no art. 24, XXVII, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, bem como em razão das informações constantes do Processo nº 094.000.548/2017, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - Do Procedimento

O presente Instrumento dar-se-á com fundamento na Dispensa de Licitação respaldada no art. 24, XXVII, da Lei nº 8.666/1993, obedecendo aos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2017 - SLU, às justificativas de dispensa presentes às fls. 71/73 do processo em epígrafe, ao Projeto Básico e à Lei Geral de Licitações e Contratos.



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste instrumento a contratação de associação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis que atua dentro dos princípios do cooperativismo e associativismo, formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, para a prestação de serviço público de processamento de resíduos sólidos urbanos, compreendendo as atividades de recepção, triagem, prensagem, enfardamento, armazenamento e comercialização fruto desta atividade.

Cláusula Terceira – Da Forma e Regime De Execução

O Contrato será executado de forma indireta sob o regime de empreitada por preço global segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quarta – Do Valor

- I. O valor será pago por tonelada comercializada, sendo o material entregue reconhecido como dáção, complementando o valor de custo operacional pago. Serão remunerados os custos da prestação de serviços, podendo haver incentivo para comercialização de resíduos específicos.
- II. O valor unitário é de R\$ 92,11 (noventa e dois reais e onze centavos) para a quantidade máxima estimada de 80t (oitenta toneladas) por mês, perfazendo o total máximo de R\$ 7.368,80 (sete mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos) mensais.
- III. Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, terão seus valores anualmente, reajustados por índice adotado em lei ou, na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária

- I. A importância de R\$ 88.425,60 (oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) será atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº 5.796 de 29 de dezembro de 2016, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s)
- II. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
 - i) Unidade Orçamentária: 22214 – SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
 - ii) Programa de Trabalho: 15.452.6211.2583.0001 – Inclusão Produtiva dos Catadores
 - iii) Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
 - iv) Fonte de Recursos: 100 – Ordinário Não Vinculado
 - v) Nota de Empenho:

Cláusula Sexta – Do Prazo de Pagamento

- I. A CONTRATADA deverá apresentar, adicionalmente, para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - i. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que já contempla a regularidade junto à Previdência Social, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

crimino



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- ii. Comprovante de regularidade trabalhista junto Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, mediante consulta efetuada por meio eletrônico;
 - iii. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
 - iv. Prestação de contas da produção do mês anterior e distribuição da receita obtida.
- II. O pagamento se dará até o 10º(décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços objeto deste contrato, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços;
- III. Deverá acompanhar a Nota Fiscal, relatório com formato a ser definido pelo SLU, incluindo a descrição dos produtos vendidos e respectivos pesos, e o comprovante de recolhimento do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS dos associados vinculados à prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- IV. O SLU terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a análise e solicitação de possíveis alterações do referido relatório;
- V. O pagamento somente será realizado após aprovação do relatório e seus anexos.

Cláusula Sétima - Das Condições para o Pagamento

- I. O valor a ser pago será calculado de acordo com a tonelada comercializada multiplicada pelo valor estabelecido na Cláusula Quarta, que remunera os custos da prestação de serviços para o manuseio dos resíduos recicláveis, podendo haver incentivo para comercialização de resíduos específicos;
- II. O pagamento ficará condicionado à apresentação de relatório em formato definido pelo SLU, devendo conter, no mínimo, os seguintes elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados:
- i. Quantidade total de resíduos recebidos pela CONTRATADA, indicando a origem do material recebido - se órgão público distrital, federal, SLU ou outros. Caso seja do SLU, o relatório deve apontar e registrar a origem por região administrativa, estação de transbordo, ou similar;
 - ii. Quantidade total discriminada por tipo de resíduo;
 - iii. Lista atualizada dos associados ativos;
 - iv. Prestação de contas da produção do mês anterior e distribuição da receita obtida;
 - v. Relação, com comprovação de participação, dos associados que participaram de capacitações com temas relacionados ao objeto, validadas pelo SLU;
 - vi. Renda média por mês dos cooperados vinculados ao objeto deste instrumento;
 - vii. Comprovante de pagamento de água e luz do espaço utilizado pela CONTRATADA, quando for o caso; e

Fl.	120
Proc.	094.080.548/2017
Rub.	83.719-9

Critm

viii. Cópias das Notas Fiscais de comercialização dos resíduos objeto deste Contrato.

- III. O atraso na entrega dos documentos acima descritos, de responsabilidade da CONTRATADA, isentará o SLU do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso e tal pagamento só será realizado após a entrega de todos os documentos exigidos.
- IV. As Cooperativas/Associações com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF n.º 35, pág.3, de 18/02/2011

Cláusula Oitava - Do Prazo de Vigência

O presente Instrumento possui o prazo de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura da sua assinatura, podendo ser prorrogado com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, limitado há 60 (sessenta) meses.

Cláusula Nona - Da utilização de espaço público

A CONTRATADA deverá assinar Termo de Permissão de Uso do espaço público, previsto no item 10 do Projeto Básico.

Cláusula Décima - Da Responsabilidade do SLU

Constituem como outras obrigações do SLU:

- I. Entregar, a seu critério, os resíduos coletados para a CONTRATADA, de forma proporcional à demanda coletada e ao número de organizações de catadores contratado, considerando a capacidade de processamento e localização da CONTRATADA;
- II. Coletar todo o rejeito regularmente, a seu critério, disposto em contêineres próprios e adequados ao caminhão coletor, proveniente do processamento dos resíduos que tiverem sido entregues pela CONTRATANTE;
- III. Receber e validar os documentos e relatórios apresentados pela CONTRATADA;
- IV. Recusar os serviços que não atendam às especificações contidas neste documento, no Edital de Credenciamento n.º 01/2017 ou no Projeto Básico que lhe deu origem, ou ainda que sejam considerados inadequados pela fiscalização, desde que devidamente fundamentado pelo executor do contrato;
- V. Notificar a CONTRATADA, por escrito, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;
- VI. Elaborar, em conjunto com a CONTRATADA, sempre que houver necessidade, documento contendo adequações operacionais;
- VII. Monitorar a execução deste contrato e seus anexos, visando orientar quanto ao(s) relatório(s) a ser(em) entregue(s), de forma a possibilitar as ações de medir, monitorar e avaliar as atividades realizadas pela CONTRATADA;
- VIII. Definir, em conjunto com a CONTRATADA, dias e horários dos serviços a serem prestados, os quais passam a fazer parte do relatório a ser entregue pela CONTRATADA;

continua

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão Bilateral

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

- I. Pelo descumprimento de cláusulas ou condições estipuladas neste contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto nº. 26.851/2006, com suas alterações posteriores, que regulamentaram a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº. 8.666/1993;
- II. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Credenciamento e do contrato dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/1993, no âmbito da administração direta, autárquica, fundacional e das empresas públicas do Distrito Federal, observarão as regras estabelecidas nos citados normativos.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão Unilateral

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Dispensa de Licitação, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos Para Com A Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Da Fiscalização e Do Executor

- I. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo executor do contrato, nomeado pelo SLU para este fim;
- II. O executor do contrato será responsável pelo acompanhamento, monitoramento, fiscalização, orientação e recebimento dos comprovantes previstos neste Contrato, emissão de relatório sobre a execução dos serviços e atesto e encaminhamento das Notas Fiscais para pagamento dos serviços objeto deste instrumento;
- III. Qualquer alteração no que tange à metodologia de execução dos serviços, especificações, procedimentos e outros, pactuadas neste instrumento, observadas pela fiscalização da CONTRATANTE, será comunicada imediatamente à CONTRATADA para providências quanto à regularização, no prazo a ser definido de acordo com a especificidade das alterações constatadas;
- IV. As decisões e providências que ultrapassam a competência do executor do Contrato deverão ser solicitadas às Diretorias Técnica e de Limpeza Urbana do SLU, em tempo hábil, com vista à adoção das medidas convenientes.

Cláusula Décima Oitava – Da Fraseologia Anticorrupção

Havendo irregularidades neste instrumento, entrar em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060.

Fl.	122
Proc.	094.000.548/2017
Rub.	Mat. 83.719-9



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

IX. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro das condições e prazos estabelecidos por este instrumento;

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

Constituem como outras obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- I. Fornecer uniformes, crachás, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e demais materiais adequados à prestação dos serviços, de forma a garantir a segurança e bem-estar dos associados e empregados;
- II. Proporcionar, no mínimo, 1 (uma) capacitação para a gestão dos resíduos sólidos aos associados vinculados à prestação dos serviços, até o final do prazo de vigência deste contrato;
- III. Promover capacitações para os associados/cooperados, quanto às normas ambientais e de saúde humana, inclusive utilizando-se de oportunidades oferecidas pelo Poder Público;
- IV. Realizar a prestação dos serviços somente com seus associados/cooperados, sendo vedada a utilização de mão de obra de pessoas alheias aos seus quadros e de menores de 18 (dezoito) anos. A atividade fim só poderá ser realizada pelos associados da contratada;
- V. Respeitar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, observando os atos legais normativos e administrativos relativos às áreas de saneamento básico, de gestão de resíduos sólidos, de meio ambiente e correlatos, emanados das esferas Federal e Distrital, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e Lei Distrital nº 5.418/2014 (Política Distrital de Resíduos Sólidos), quando da prestação dos serviços ora contratados;
- VI. Fazer a gestão administrativa e operacional para a prestação dos serviços, primando pela organização da equipe em sistema de associação de trabalhadores;
- VII. Comprovar economicamente a destinação social dos recursos oriundos da comercialização dos resíduos recicláveis, promovendo o desenvolvimento social da CONTRATADA e de seus associados, de acordo com a legislação vigente da categoria;
- VIII. Zelar pela integridade do espaço, realizando limpeza diária necessária ao seu uso adequado e conservação;
- IX. Assegurar aos associados os meios necessários para a adequada separação e destinação dos resíduos;
- X. Zelar pela manutenção dos equipamentos de forma preventiva e corretiva;
- XI. Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e demais obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus associados e funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o SLU;
- XII. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus associados e funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência;

FL. 121
Proc. 094.000.548/2017
Rub. 1.000.000 Mat. 83.719-0



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Cláusula Décima Nona – Foro

Fica eleito o foro de Brasília (DF) para dirimir quaisquer dúvidas que resultem do presente ajuste, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima - Da Publicação

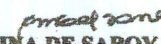
O extrato do presente Instrumento será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, como condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

Por estarem assim justas e acordadas, firmam os partícipes este Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo:

Brasília-DF, 11 de julho de 2017.

Pelo SLU/DF:


HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora-Presidente


CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS
Diretora de Administração e Finanças

Pela CONTRATADA:


ZILDA FERNANDES DE SOUZA
Presidente

TESTEMUNHAS:


JOSEFA SOARES DA COSTA MELO
CPF: 214.706.341-83


GISÉLIA ARAÚJO DOS SANTOS
CPF: 389.864.771-49